



LEI Nº. 405/2025

Figueirópolis – TO, 17 de dezembro de 2025

“Dispõe sobre a convalidação do Termo de Cooperação Intermunicipal e a aprovação do Plano de Trabalho anexo para a execução regionalizada do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SFA), e estabelece a alocação de recursos e obrigações orçamentárias correlatas, em compatibilidade com a Lei Municipal nº 399/2025 e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de Figueirópolis, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais constitucionais e conforme dispõem os artigos 73 e 74 da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica convalidado e ratificado, em todos os seus termos, o Termo de Cooperação Intermunicipal Anexo, tendo como objeto a articulação, planejamento e execução conjunta, de forma regionalizada, do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SFA).

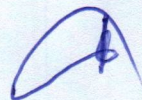
§ 1º. A convalidação justifica-se no poder do Município de Cariri do Tocantins de estabelecer convênio para o atendimento regionalizado dos serviços e visa fomentar a implantação e o aprimoramento dos SFAs.

§ 2º. A execução do SFA regionalizado deverá seguir os princípios e a estrutura já estabelecidos pela Lei Municipal nº 502/2019 de cariri, que criou os Programas de Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e de Guarda Subsidiada no Município, com ampara da Lei Municipal 399/2025 de Figueirópolis.

Art. 2º. Fica expressamente aprovado o Plano de Trabalho anexo ao Termo de Cooperação Intermunicipal, que detalha o custeio compartilhado de recursos humanos e o cronograma de ações para a execução regionalizada do SFA.

Art. 3º. O Termo de Cooperação e o Plano de Trabalho visam à utilização da estrutura técnica qualificada já existente no Município de Cariri do Tocantins (Sede) para a execução do serviço, que conta com Diretora, Coordenadora, Assistente Social e Psicólogo.

Art. 4º. Fica estabelecido o custeio da complementação remuneratória dos profissionais citados no Art. 3º, em razão da ampliação da carga de trabalho para o atendimento regionalizado. § 1º. O custeio da complementação remuneratória constitui custeio operacional compartilhado, destinado à estabilidade da equipe técnica e não gera vínculo empregatício dos profissionais de Cariri do Tocantins com os Municípios Participantes





§ 2º. Os Municípios Participantes repassarão, mensalmente, ao Município de Cariri do Tocantins o valor constante no Plano de Trabalho anexo.

Art. 5º. O Poder Executivo Municipal deve assegurar dotação orçamentária específica para cobrir os custos do SFA regionalizado, incluindo a manutenção da equipe, a execução das atividades e o Auxílio Financeiro (bolsa-auxílio).

§ 1º. O Auxílio Financeiro (bolsa-auxílio) concedido às famílias acolhedoras, já previsto no Art. 21 da Lei Municipal nº 502/2019, possui natureza indenizatória e não remuneratória, destinando-se exclusivamente ao custeio das despesas de manutenção da criança ou adolescente acolhido.

Art. 6º. Em observância ao princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, o Poder Executivo Municipal deverá zelar para que as propostas orçamentárias (Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA) contemplem e aloquem os recursos necessários à execução da Política Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente.

Parágrafo Único. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

(CMDCA) participará, acompanhará e deliberará sobre a elaboração, aprovação e a execução do PPA, LDO e LOA, zelando pela previsão dos recursos necessários.

Art. 7º. O Termo de Cooperação ratificado e o Plano de Trabalho anexo promovem a articulação da rede municipal de proteção, exigindo que as equipes de Assistência Social dos municípios participantes realizem a mobilização, levantamento e conscientização inicial da comunidade para a captação de famílias interessadas.

Art. 8º. A equipe técnica de Cariri do Tocantins (Sede) manterá a responsabilidade exclusiva pela condução do curso de capacitação dos interessados e das famílias acolhedoras habilitadas, conforme previsto no Plano de Trabalho.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Figueirópolis – Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de dezembro de 2025.


JOSÉ FONTOURA PRIMO
Prefeito Municipal de Figueirópolis